

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS



INSTITUTO MÁRIO ALVES
Fone: (53) 3025-7241
Pelotas - RS
E-mail: imapel@ig.com.br

DO SONHO À REALIDADE

PROJETO PEDAGÓGICO
DA UFPEL

NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA UNIVERSIDADE

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSISTÊNCIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA

Educação

IMA

INSTITUTO MÁRIO ALVES
☎ (53) 3025-7241
institutomarioalves@gmail.com

PROJETO PEDAGÓGICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PROJETO PEDAGÓGICO

EDITORA UNIVERSITÁRIA

1991



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitor
Amilcar Goyheneix Gigante

Vice-Reitor
Luiz Henrique Schuch

Pró-Reitora de Graduação e Assistência
Maria Isabel da Cunha

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Sérgio Roberto Martins

Pró-Reitor de Extensão
Aldyr Garcia Schlee

Pró-Reitor Administrativo
Luiz Osório Rocha dos Santos

"Uma Universidade pode ser afetada
por vários tipos de pobreza.
Não pode jamais ser pobre de esperança,
carente de ousadia, desprovida de vontade".

Amilcar Goyheneix Gigante

SUMÁRIO

A Universidade.....	9
Papel e realidade.....	9
Autonomia e mudança.....	10
Situação e Contexto	11
A graduação.....	11
A pós-graduação.....	13
O Projeto Pedagógico.....	16
Princípios e pressupostos.....	16
Da teoria à prática	19
A proposta metodológica	21
Plano de implantação	27
A Pesquisa e o Projeto Pedagógico.....	28
A Extensão e o Projeto Pedagógico.....	31
Compromisso Social.....	32
Dimensão Crítica	33
Estágio Curricular	34
Metodologia.....	35
Redefinição e Planejamento.....	36
O Papel da Extensão.....	37
Referências Bibliográficas.....	39

A UNIVERSIDADE

Papel e realidade

É impossível fazer uma análise da Universidade Brasileira hoje, sem levar em conta o contexto mais amplo em que ela se insere. Só compreendendo a inserção da universidade na sociedade é possível estudar as condições da universidade em crise, do ensino de graduação em crise e buscar alternativas para a reversão deste quadro. Para discutir a Universidade é preciso sair do estrito dos seus muros e discutir os problemas sociais emergentes na sociedade contemporânea.

As relações da Universidade com o contexto mais amplo têm se modificado porque são diversificadas e heterogêneas as demandas sociais sobre ela.

Percebe-se hoje que a Universidade sequer tem conseguido atender às exigências da própria ordem capitalista que a instituiu, porque o avanço da ciência e da tecnologia tem tido um ritmo maior do que a possibilidade de formação dada na Universidade. Por outro lado, a Universidade não tem conseguido construir uma cultura contrária a essa ordem.

Esta contradição tem provocado questionamentos sobre o objetivo e finalidade da Universidade. O encaminhamento a uma resposta pode ser útil à sua revitalização.

A competência da Universidade tem sido questionada quanto ao cumprimento dos anseios da população. Se, de alguma forma, esse questionamento tem seu lado negativo, por provocar desânimo e frustração na comunidade universitária, tem seu lado positivo por permitir uma reflexão contínua e um aperfeiçoamento institucional. Sabe-se ainda que, apesar deste questionamento, a Universidade tem sido o local por excelência onde a pesquisa dos setores público e privado tem se desenvolvido, prestando inúmeros serviços na área da tecnologia e da ciência.

Este espaço é que faz uma instituição necessária à sociedade, preservada a sua condição de nicho da produção do conhecimento sistematizado e local privilegiado do confronto de idéias. Entretanto, este papel da Universidade não está totalmente claro, nem para a sociedade, nem para parcelas significativas de seus membros. A fragmentação da vida universitária faz com que docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos vivam o seu cotidiano, sua sala de aula, sua Unidade, sem a menor preocupação com o todo, com o conjunto.

Apesar desta situação, a Universidade continua sendo um bem, como o são a educação e o ensino em qualquer nível. A própria sociedade brasileira fez constar na carta constitucional que a educação é um direito do cidadão e é dever do Estado. Como encaminhar esse direito e esse de-

ver? Que fazer se os recursos indispensáveis a essa garantia são cada vez mais sonogados?

É preciso arremeter esforços no sentido de impedir o discurso simplista da inoperância da Universidade, sem encarar o crescente descomprometimento do poder constituído para com ela.

Nada mais próprio para isto do que o esclarecimento popular adequado e a busca de novas alternativas internas para responder às exigências sociais contemporâneas.

O caminho para construção da Universidade Brasileira só poderá emergir da contextualização da nossa realidade. Pouco adianta suspirar pelos velhos tempos, assim como é inútil esperar condições ótimas para depois produzir. Ou optamos por ser os atores da história ou perdemos a oportunidade de acompanhá-la. Não cabe esperar uma legislação que imponha o modelo ao qual a Universidade vai ter de adaptar-se. É necessário trabalhar a heterogeneidade e fazer com que ela produza o que seriam os próprios modelos, as próprias possibilidades.

Autonomia e mudança

A autonomia universitária é, de há muito, reivindicação social. Se é fato que ela está na Constituição, também é fato que ela não foi regulamentada e terá o contorno definido na proporção das propostas firmes das comunidades universitárias.

A questão central da autonomia se define pela peculiaridade com que cada universidade vai construir o seu projeto pedagógico. O ensino, a pesquisa e a extensão serão decorrentes da construção da identidade universitária, a linha, a diretriz e a qualidade de ensino almejada. Entretanto "não existe uma qualidade que paire no ar, única, geral e irrestrita". Qualidade pressupõe um juízo de valor que, por sua vez, só poderá ser construído em cima de parâmetros identificados acadêmica e politicamente.

O exercício de autonomia passa pela desburocratização financeira e administrativa, pelo compromisso com a transparência e com a democratização. Mas autonomia significa, também, caminhar sobre as próprias pernas e dar conta à sociedade dos próprios atos e perspectivas. A responsabilidade acadêmica, com a autonomia, é redobrada, pois os mecanismos de avaliação internos terão de ser acionados para garantir a possibilidade de democratização dos recursos públicos.

A quem assusta a autonomia? Não certamente àqueles que lutam pelo espaço de construção de uma sociedade melhor, que colocam os interesses coletivos acima dos individuais e procuram construir sua competência em cima dos contornos que a crise brasileira apresenta.

É este o desafio do nosso tempo. Sobre ele teremos de responder às

gerações que nos sucederão. Só o esforço coletivo, porém, nos dará ânimo nesta caminhada; e a esperança de que as dificuldades não sejam mais fortes do que nós.

SITUAÇÃO E CONTEXTO

A graduação

No segundo semestre de 88, após o processo eleitoral que elegeu a chapa que defendia a proposta CONSTRUÇÃO para dirigir a UFPel no período de 89-92, grupos de estudo foram formados para realizar um diagnóstico da Universidade, nos diversos setores.

O grupo que se dedicou ao ensino de graduação decidiu levar a efeito uma pesquisa ouvindo Coordenadores de Colegiado de Cursos, Chefes de Departamentos, Professores e Alunos.

Quase todas as constatações advindas da pesquisa apontaram para aquelas que são senso comum na comunidade universitária. O valor da investigação foi organizar estes dados de forma sistematizada.

A crise dos Cursos de Graduação foi bem caracterizada, localizando-se, principalmente, na lógica do mercado de trabalho e na desvinculação da extensão e da pesquisa, já que esta última tem crescido de fato e de direito com a pós-graduação (fruto do modelo intencional proposto para a educação brasileira com a Lei 5540).

Nossos cursos, como de resto em grande maioria no Brasil, são reprodutivos, esfacelados na sua composição curricular, preteridos pelas políticas de fomento.

Os órgãos envolvidos com o ensino de graduação são frágeis e sem ação sistemática na construção cotidiana do projeto de curso. A Pró-Reitoria de Graduação não tem desempenhado um trabalho coordenador da política de graduação e sua estrutura de apoio docente e discente deixa muito a desejar. Provavelmente até porque não existam políticas de incentivo e melhoria da graduação desenvolvidas pelo MEC ou agências financiadoras.

Este foi, de forma ampla, o quadro encontrado. Entre todos os que responderam havia um clamor para que se retomasse a discussão sobre os cursos de graduação e se priorizassem formas de recuperar a identidade dos Cursos.

Em maio de 89, logo após o início do período letivo, a Pró-Reitoria de Graduação e Assistência iniciou um trabalho com os Coordenadores de Colegiados de Curso, com o intuito de retomar a caminhada. A opção desta via de trabalho foi proposital e consciente, baseada nos seguintes pressupostos:

- a) o Curso é a unidade de formação no nível de graduação;
- b) o Curso é que dá identidade ao objetivo e encaminhamento do conhecimento que deve ser produzido com e pelo aluno;
- c) os Colegiados precisam ser recuperados e valorizados na sua função principal de articulação das diversas áreas do saber;
- d) os Coordenadores são as lideranças formais dos Colegiados e sem a sua participação pouco se pode fazer;
- e) na administração Gigante-Schuch, há literal respeito às eleições para Coordenador de Curso, sendo, pois, os escolhidos, representantes legítimos de suas comunidades;
- f) qualquer alteração da estrutura universitária (composição, objetivos, representatividade etc), por pressupor amplo debate e institucionalização, ainda demorará algum tempo. De imediato, é necessário atuar dentro da estrutura atual.

As atividades começaram a transcorrer com a natural dificuldade de um grupo em formação. Os Coordenadores de Colegiados de Curso da UFPel sequer se conheciam mutuamente, muitos estavam em fase de substituição, não havia horários comuns estabelecidos para as reuniões etc. Entretanto o trabalho iniciou-se com a perspectiva de que os Cursos são continuação da Pró-Reitoria e que esta só tem sentido se concretizada através deles. Isto significa dizer que uma política de graduação só se faz concreta no interior dos Cursos e que é o somatório do seu fazer que dará à UFPel uma política de graduação com sentido e objetivos bem definidos. Entretanto, o conjunto dos Cursos precisa ser articulado, se se quer realmente resgatar o sentido universitário. Resgatar este conjunto é o papel da Pró-Reitoria de Graduação coordenando, articulando, propondo, apoiando enfim, exercendo de fato a função que é sua de direito.

Já na perspectiva do "Seminário Repensando a Universidade", o grupo de trabalho então formado começou a dar contornos a um debate inicial sobre a estrutura acadêmica e as alternativas que poderiam ser levadas a toda a comunidade para discussão.

O resultado dessa primeira rodada de estudo foi de grande valia. Não tanto pelo seu produto, mas pela possibilidade que tivemos de compreender que uma discussão prévia seria fundamental: Que ensino queremos? Qual o nosso projeto de Curso de Graduação? De que ele se compõe? Quais seus compromissos? Quais seus pressupostos?

Conseguimos perceber que só respondendo a estas e outras questões similares poderíamos encaminhar a solução de uma questão básica: Que estrutura acadêmica corresponde melhor à proposta? É o projeto que deve definir a estrutura e não o contrário. Lançamo-nos, então, à tarefa de discutir e delinear, a partir dos princípios definidos, a proposta pedagógica a ser realizada.

A pós-graduação

O diagnóstico da Pós-Graduação na UFPel, elaborado após a vitória da chapa CONSTRUÇÃO, à semelhança do que ocorreu em relação ao ensino de graduação, apresentou uma série de aspectos já quase consensuais nas discussões da comunidade universitária. Assim, dados quantitativos existentes na Universidade mostraram uma associação entre pesquisa e pós-graduação, que se manifesta principalmente de duas formas:

- a) maior produção de pesquisa nas Unidades com maior percentual de mestres e doutores;
- b) maior produção de pesquisa nas Unidades que oferecem cursos de pós-graduação, sobretudo stricto sensu.

Uma abordagem mais aprofundada dos dados da produção científica da UFPel exigiria o exame de aspectos qualitativos, sobretudo relacionadas com o tema polêmico da avaliação da pesquisa e do ensino, o que fugiria ao escopo do presente trabalho. Um panorama das diferenças qualitativas entre os mestrados da UFPel pode ser traçado a partir das últimas avaliações da CAPES, consideradas normalmente bons indicadores.

Quanto aos cursos de especialização, eles se localizam, em geral, em unidades onde há escassez de mestres e doutores e dependem, em regra, de reduzido número de professores, sobrecarregados de encargos didáticos, com pouco tempo para pesquisa e, muitas vezes, sem a titulação desejável.

Se a articulação com a pesquisa deixa muito a desejar, os vínculos com a extensão podem ser considerados ainda mais insatisfatórios. Mas não são apenas esses os problemas que têm contribuído para afastar o ensino de pós-graduação da UFPel dos princípios definidos no item anterior. Há forte tendência, em boa parte dos cursos, à desvinculação ensino-ensino, com a criação de um hiato entre as atividades de graduação e de pós-graduação. Nesta, segundo se depreende das entrevistas com os coordenadores, há um sentido de maior relevância e liberdade de atuação dos colegiados, que em geral se consideram autônomos em relação à Pró-Reitoria e também, embora em menor grau, às suas respectivas Unidades. Para isto contribuem fatores de natureza institucional específicos da UFPel, assim como a disponibilidade de recursos próprios, como os repassados diretamente aos cursos pela CAPES. Sobretudo quando há afinidade entre colegiado e departamento, o coordenador, como sintetizou um entrevistado, torna-se "diretor do curso".

Sem dúvida, essa autonomia apresenta aspectos positivos mas, quando se exerce em relação às Unidades, tende a aumentar as dificuldades do fortalecimento dos vínculos com o ensino de graduação. Em relação à

PRPPG, a descentralização decisória tem convivido com a centralização de uma série de atividades burocráticas na Pró-Reitoria. São ações úteis, tendo em vista a precariedade da infra-estrutura e a falta de pessoal administrativo de alguns cursos, mas consomem grande parte do trabalho da Pró-Reitoria em atividades meio, ao mesmo tempo que muitos cursos têm o seu desenvolvimento tolhido pela dependência administrativa em que se encontram.

O enfrentamento desses problemas deve ser buscado em duas direções. A primeira é a da racionalização dessas tarefas, com automatização de procedimentos rotineiros e eliminação de duplicação de competências; a segunda, a da descentralização operacional. No que se refere à racionalização administrativa, não há muito a ser questionado e a Pró-Reitoria tem conseguido avanços nessa área. A descentralização, porém, é uma estratégia que deve ser desenvolvida paulatinamente, de modo que seus efeitos possam ser avaliados no decorrer do processo. Além das dificuldades de implementação, deve-se evitar o risco de exacerbar a tendência ao isolamento da pós-graduação. Para que isso não ocorra, o processo deverá vir acompanhado do estreitamento dos vínculos dos mestrandos e das especializações com as suas Unidades, e, em especial, com os respectivos cursos de graduação. Essa articulação precisa ser assegurada institucionalmente, no Regimento da Pós-Graduação, mas requer, sobretudo, o desenvolvimento da prática do trabalho conjunto, tanto entre os coordenadores e colegas dos como entre as pró-reitorias.

A verificação desse vínculo entre pesquisa e pós-graduação não é mais do que a constatação de uma evidência. A investigação científica requer treinamento próprio, e a qualificação dos professores é fator indispensável para o seu desenvolvimento na Universidade. As unidades que concentram em seu corpo docente um bom número de mestres e doutores, conseguem constituir uma "densidade de massa crítica" que permite a formação de redes de interação entre pessoas e instituições, motivadas para a produção científica, que trocam experiências, formulam projetos, acionam entidades financiadoras, e promovem a discussão científica. As exigências formais de titulação dos professores, bem como o requisito de defesa de dissertação ou monografia pelos alunos, naturalmente proporcionam aos cursos de pós-graduação maior potencial de envolvimento em atividades de pesquisa.

Se esses fatores denotam uma situação favorável, quando cotejada com a da graduação, disso não se desprende que a pós-graduação, na UFPel, viva uma fase paradisíaca, sob o ponto de vista da integração ensino/pesquisa. Deve-se considerar que produção de pesquisa não significa, necessariamente, vinculação com o ensino. A elaboração de trabalhos de con-

clusão de curso (dissertações, monografias, etc.), apresenta pouca articulação com as atividades didáticas e os conteúdos programáticos. As entrevistas realizadas com coordenadores e professores indicam que, nesse aspecto como em muitos outros, a situação da UFPel apresenta grande heterogeneidade.

Finalmente, é importante destacar que, da mesma maneira que na graduação, os cursos de pós-graduação apresentam uma estrutura curricular, em muitos casos, descontextualizada da realidade. O Conselho e Colegiados de curso não têm desempenhado a contento sua função pedagógica, devido à falta de melhor definir seus papéis, e a uma elevada sobrecarga burocrática.

Cabe ainda salientar que o modelo de pós-graduação na UFPel, a exemplo da maioria dos cursos das Universidades Brasileiras, foi criado a partir de ações extra-universidade, como parte de um projeto de desenvolvimento do país, de cuja elaboração não participou. Certamente isso causou sérias distorções, tais como:

- indefinição quanto à identidade e objetivos dos cursos;
- falta de projeto institucional de criação dos cursos (forma desordenada de criação);
- diluição e pouco aproveitamento de recursos escassos, tanto materiais quanto humanos;
- duplicação de estruturas e disciplinas;
- pouca vinculação institucional;
- legislação regimental inadequada e ineficaz;
- heterogeneidade na evolução e grau de maturidade dos cursos.

Este diagnóstico tem nos levado a refletir sobre a responsabilidade do ensino de Pós-Graduação na implementação e implantação do Projeto Pedagógico da UFPel. A conclusão é de que só a superação das seguintes dificuldades oportunizará uma efetiva contribuição, traduzida em identificação com os princípios fundamentais que embasam a proposta:

- 1 - Maior vinculação com o ensino de graduação;
- 2 - Maior articulação das atividades didáticas com as de pesquisa;
- 3 - Revisão curricular, para maior correspondência com a realidade e para o estabelecimento dos necessários vínculos com as atividades extensionistas;
- 4 - Recomposição institucional, visando à criação, desenvolvimento, articulação e identidade dos cursos.

Além disso, será preciso estabelecer com clareza e definir na prática que o método científico não pode ser considerado como algo pertinente,

exclusivamente, aos cursos de pós-graduação, só porque estes foram institucionalizados para "formar cientistas". Daí a necessidade de se introduzir em todos os cursos, desde o chamado ciclo básico, a metodologia científica, reforçada com a metodologia do trabalho científico e com a metodologia da pesquisa científica (esta, mais voltada para os métodos e as técnicas de pesquisa). Assim, será possível recuperar os cursos de graduação, paulatina e fortemente esvaziados desde a implantação e institucionalização da pós-graduação. E será possível recuperar a função do trabalho científico com atividade através da qual o aluno realiza progressivamente seu conhecimento científico com a consciência do próprio progresso e com a convicção de que é ele, realmente, quem está fazendo um curso superior e não apenas "se formando", apesar do curso. Nessa concepção, o trabalho científico deixa de ser apenas uma atividade de avaliação formal, para se constituir em real instrumento de aprendizagem efetiva.

PROJETO PEDAGÓGICO DA UFPEL

Princípios e pressupostos

Para o delineamento da proposta que respondesse ao questionamento sobre o ensino que gostaríamos de ter, foi necessário novamente recorrer ao ideário da chapa CONSTRUÇÃO, aos documentos das associações de docentes, alunos e funcionários técnicos-administrativos, a fontes bibliográficas e a documentos legais.

Optou-se então por eleger três princípios fundamentais para embasar o trabalho. Estes princípios têm sido amplamente assumidos no discurso universitário contemporâneo. São eles:

- a) o compromisso da universidade pública com os interesses coletivos;
- b) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) a formação de um aluno crítico, criativo, capaz de transformar a realidade.

Para basilar a compreensão desses princípios foi necessário realizar exercícios de reflexão e análise dos seus significados, como está exposto a seguir:

a) O compromisso que a universidade pública tem com os interesses coletivos.

Compreendemos que público não é apenas antônimo de privado nem se caracteriza apenas pelo gratuito. Público é também o que tem compromisso para com a população, com a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. É ainda o que tem transparência administrativa e coloca

seus esforços no sentido do coletivo. É claro que cada um dos nossos alunos tem o seu projeto individual que passa pela realização profissional, pela possibilidade de trabalhar e de ter condição de vida condizente. Entretanto, há milhões de pessoas que possibilitam seus estudos e que não estão na Universidade. Há toda uma população que investe nesse aluno, que contribui economicamente para sua formação e que, necessariamente, precisa ser beneficiada com a sua produção de conhecimento.

A formação da cidadania do aluno da universidade pública passa por este compromisso. Sabemos que não é fácil alcançar um objetivo alinhado com essa linha de pensamento, porque os valores da sociedade contemporânea estão eivados de individualismo. Mas é preciso um esforço deliberado para reverter esse quadro.

Para alcançar tal meta não bastam projetos individuais e espontâneos de extensão. É claro que toda ação universitária que visa à grande população é benéfica. Mas é preciso um encaminhamento institucional, que passe por dentro dos currículos de graduação e de pós-graduação nesta direção. É importante formalizar estágios, pré-estágios, atividades, projetos, que coloquem o aluno frente à problemática nacional e mais, que dirijam seu interesse para as soluções necessárias. A prática de pensar a prática é a melhor forma de chegar à teoria, já nos ensinou Paulo Freire. Todo o conhecimento é uma produção humana, contextualizada num tempo e lugar que provocou sua geração. Nossos currículos de graduação precisam levar este aspecto em conta. O conhecimento tem um sentido, uma finalidade. Sem confundir o útil com o utilitário, que muitas vezes condiciona a ciência, é fundamental dar direção coletiva ao que ensinamos e aprendemos na universidade pública.

b) A indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

O segundo princípio que está posto na bandeira de luta de todos que aspiram pela verdadeira universidade é a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. O texto constitucional que contemplou esta premissa foi escrito com o esforço daqueles que se mobilizaram pela defesa da universidade pública. Este pressuposto caracteriza o ensino superior como lugar privilegiado da produção do conhecimento sistematizado.

Compreendemos que a indissociabilidade só acontecerá através de um esforço intencional. A realidade da UFPEL mostra que a maior parte do nosso processo ensino-aprendizagem está calcada no modelo de reprodução do conhecimento. Aliás, esta é a prática mais comum ainda na maioria das universidades brasileiras. Este fato tem raízes na inspiração positivista que influenciou nossa organização acadêmica e foi ratificada, no caso da graduação, pela vinculação quase exclusiva, que a pesquisa tem tido com

os programas de pós-graduação. Em 1989 na UFPel, computando os projetos institucionais, encontramos que 25% dos docentes estavam envolvidos com a pesquisa e um percentual aproximado com a extensão. Este número por si só mostra a fragilidade de nossa realidade, acrescido do fato de que nem todo o docente pesquisador está vinculado ao ensino de graduação e que, mesmo estando, nem sempre integra alunos deste nível aos seus projetos.

Ora, a partir deste quadro, é fácil perceber que há um paradigma de ensino reprodutivo e outro que se volta para a produção do conhecimento, envolvendo a pesquisa e a extensão. Esta perspectiva se baseia num ensino que mais faz perguntas do que dá respostas. Significa entender que aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, mas sim estar envolvido na interpretação e produção destes dados. Significa valorizar a ação, a reflexão crítica, a curiosidade, o questionamento existente, a inquietação e a incerteza, características básicas do sujeito cognoscente. É partir da realidade para problematizar o conhecimento. A pesquisa e a extensão, nesta perspectiva, passam a ter um sentido especial, pois envolvem o professor e o aluno na tarefa de investigar e analisar o seu próprio mundo. Esta concepção exige que a pesquisa deixe de ser mito para ser uma prática acessível, em suas proporções, a todo o professor e a todo o aluno. Isto não significa abandonar o rigorismo, mas despi-lo do aparato burocratizante que tem "legado a ciência" para poucos iniciados.

Unir ensino, pesquisa e extensão significa caminhar para que a educação seja realmente integrada, envolvendo estudantes e professores numa criação do conhecimento comumente partilhado com o intuito de que a realidade seja apreendida e não somente reproduzida. É o ensino que se faz com a pesquisa, podendo ser a extensão o ponto de partida e/ou chegada da produção do conhecimento.

c) A formação de um aluno crítico, criativo, capaz de transformar a realidade.

A sociedade em que vivemos, própria de um país do terceiro mundo, onde convivem grandes diferenças de classes, onde a miséria é parte do cotidiano, onde são visíveis os problemas de educação e saúde, onde há fome, há desesperança, precisa ser transformada. Sem defender a concepção ingênua de que a educação universitária sozinha seria capaz de transformar estruturas sociais, é preciso empreender ações efetivas no sentido de trabalhar para isto. Ora, como a educação tem nos valores intelectuais e sociais a sua matéria prima, a parte que cabe à Universidade nesta transformação é a que pode ser feita através da formação de um aluno que, tendo habilidades cognitivas desenvolvidas, possa ser intelectualmente inde-

pendente e efetivamente comprometido com valores que construam uma sociedade mais justa.

Este princípio está intimamente relacionado com o anterior, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão

Só o ensino com pesquisa, que parte da realidade e que se justifica pela inquietação intelectual, pode contribuir para a formação de um aluno crítico e criador.

O desafio que este princípio impõe à Universidade é imenso, porque precisa romper com uma estrutura de ensino acadêmica que se baseia na reprodução, na repetição e nas verdades dogmáticas, em resumo, na burocratização da mente. E a burocratização da mente nos tira a criatividade, nos torna mecanizados, traz uma espécie de fatalismo que imobiliza a ação intelectual e social.

O desafio é encontrar alternativas de ensinar e aprender que sejam sólidas e sérias com referência à cultura acumulada; mas que também sejam ágeis suficientes para justificar o esforço de domínio desta cultura. Em resumo, é fazer a ligação, através do conhecimento entre o homem e o mundo.

Da teoria à prática

Delineados os princípios básicos, o esforço de definição de uma ação efetiva de mudança nos remeteu à análise das condições em que se vem realizando a prática universitária. Só desta forma, comparando os princípios com a realidade, seria possível propor mudanças. E, obviamente, esta análise centrou-se nos currículos, instrumento principal da veiculação do saber universitário.

Ao examinar nossos currículos, vemos que a lógica com a qual foram organizados já trai o princípio da indissociabilidade do ensino da pesquisa e da extensão. Eles partem do geral para o específico, do abstrato para o concreto, do teórico para o prático, do básico para o profissionalizante. O pressuposto, neste modelo, é de que primeiro o aluno tem de ter os conteúdos gerais (absorvendo o conhecimento já produzido), para depois aplicar estes conteúdos. Na melhor das hipóteses este modelo induz que a indissociabilidade só pode acontecer no andamento final do Curso, contrariando, portanto, a generalização do pressuposto.

Sabemos dos problemas que este modelo tem trazido. O aluno, quando está nos estudos iniciais, não encontra significado para a aprendizagem porque não consegue relacioná-los em sua aplicação. Em geral, a aprendizagem reprodutiva localiza-se prioritariamente a nível da memória, sendo facilmente esquecida pelo aprendiz. Os conteúdos ficam fracionados, descontextualizados, desproblematizados. E sem problemas, sem questões, não há estímulo para o raciocínio produtivo.

Outra evidência de que os currículos não favorecem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, é a forma compacta com que eles se apresentam. Na UFPel, nossos Cursos de Graduação variam, para o aluno regular, de 25 a 35 horas/aula semanais. Isto nos leva a supor que, com o crescente desenvolvimento do conhecimento, cada alteração curricular envolve uma nova disciplina, ou novas unidades programáticas. Entre nós tem sido comum a concepção de que melhor curso é aquele que maior número de horas/aula possui. Esta concepção está baseada na idéia de que o aluno só aprende no espaço de sala de aula e, em geral, ouvindo o professor. Um aluno que fica ocupado 30 horas/aula semanais, em média, que tempo terá para se envolver com projeto de pesquisa e/ou extensão?

Currículos inchados são feitos no pressuposto de que é a sala de aula o lugar por excelência da aprendizagem. E os professores e alunos ocupam com aulas a maior parte do seu tempo de trabalho, correndo o risco de ocupar este espaço com atividades que poderiam muito bem ser realizadas sob outras formas.

Para caminharmos rumo ao ensino na perspectiva da produção do conhecimento, certamente teremos de enxugar as bases curriculares. Não para restringir as atividades de aprendizagem, mas ao contrário, para haver tempo para professores e alunos desenvolverem projetos de pesquisa e extensão em conjunto e qualificar seus encontros e suas aulas.

O aluno, ao receber seu histórico escolar final, deverá receber não só o rol de disciplinas com as respectivas notas, mas o total de suas atividades acadêmicas, envolvendo projetos de pesquisa e extensão. A riqueza deste envolvimento qualificará o currículo do aluno.

Há expectativa de que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) extinga a obrigatoriedade de observância de currículos mínimos para as instituições universitárias. É preciso que tenhamos as nossas propostas, os nossos Projetos de Curso para preencher o espaço conquistado.

É sabido ainda que, entre as propostas para a regulamentação da autonomia universitária, há uma posição comum que vincula este status às condições de avaliação institucional. Isto significa dizer que as universidades serão avaliadas pela sua produção acadêmica, periodicamente e, ainda, que o resultado desta avaliação é que ratificará ou suspenderá o estatuto universitário.

Precisamos estar preparados para este desafio. A UFPel somos nós, professores, funcionários e alunos. Só a capacidade criativa que formos capazes de demonstrar poderá vencer as dificuldades que encontrarmos e tornar a nossa UFPel uma verdadeira Universidade.

O esforço precisa ser de todos.

Proposta metodológica

O delineamento metodológico a seguir representa a tentativa de, a partir dos princípios definidos, caminhar no sentido de construir uma trajetória concreta de ação. Para melhor compreensão o processo será dividido em passos que constituem etapas de um todo.

A idéia contempla a possibilidade de cientificamente fazer uma leitura da realidade que servirá de referência para avaliação e reorganização dos Cursos. Posteriormente, levantar as reais condições de trabalho que suportam a formação dos alunos. De posse deste dois levantamentos científicos, a tarefa imediata será a de rever os currículos e as práticas pedagógicas. Por fim, rever as estruturas administrativas e organizacionais para que melhor possam responder ao objetivo comum e, assim, tornar a Universidade mais próxima do perfil que se deseja alcançar.

Para melhor compreensão, cada passo será apresentado a seguir:

1º Passo: Realização de uma pesquisa que delinear a base populacional.

Temos afirmado reiteradamente que o egresso de cada curso universitário deve ter condições de responder satisfatoriamente às necessidades sociais e intervir para transformar a realidade. Cabe então a indagação inicial: quais são estas necessidades? Como mapeá-las de forma que elas indiquem competências específicas para o futuro profissional? Que é mesmo que cada aluno egresso precisa saber e ter ao concluir seu curso? Que conhecimentos, que habilidades, que valores?

A resposta a estas questões define o chamado perfil do profissional ou egresso e está intimamente relacionada com o objetivo do Curso.

Sempre que se projeta um currículo, é importante compreender que há por trás deste delineamento uma concepção do profissional. A dificuldade está em que tal concepção é o resultado da ideação de um indivíduo (em geral um professor, um estudioso do assunto) com base em sua própria leitura da realidade advinda de sua experiência profissional. Sem desmerecer esta percepção como válida, não dá para desconsiderar que pessoas diferentes fazem diferenciadas apreensões da realidade e que, ao jogar isso numa discussão de currículo, criam-se posições diferenciadas que, muitas vezes, só são resolvidas pelo poder de influência que possuem determinadas pessoas ou grupos. Assim, os currículos têm tido o "rostro" das pessoas que os constroem, como resultado das suas visões de mundo e experiências de suas práticas profissionais. Esta metodologia não se tem configurado como adequada. Basta constatar a freqüente insatisfação com os currículos vigentes que é presente entre professores e alunos dos mais diversos cursos.

A proposta que então se apresenta é a de delinear o perfil do agresso que deve responder às demandas da sociedade na sua área de conhecimento, a partir de uma investigação que cientificamente organize os dados da realidade.

Não se trata de uma pesquisa de opinião, nem da realização de um censo. Trata-se de um mapeamento, por amostra, das reais condições e demandas da realidade sobre cada aspecto que tenha interferência com a área de conhecimento de cada Curso, em seus aspectos de frequência e relevância.

Assim, na redefinição dos profissionais que queremos formar, teremos claramente pontuados quais os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao profissional para atender à demanda social em sua área de atuação.

O desenvolvimento desse trabalho deverá ser feito com professores e alunos dos Cursos e utilizando, sempre que possível, as estruturas já existentes. Estágios e programas de extensão serão fundamentais na agilização do trabalho. Os Colegiados estarão por excelência na coordenação das atividades.

A perspectiva é de que, sempre que possível, essa pesquisa da base populacional possa ser feita por áreas, pois a realidade não se apresenta compartimentada como acontece na organização acadêmica. Assim será com a área da saúde, da educação, das ciências agrárias etc. É claro que, na organização da coleta de dados tem de haver espaços específicos para registro daquilo que interessa a cada Curso e que, posteriormente será usado na discussão do currículo.

As atividades de extensão e de pesquisa da Universidade, através das Pró-Reitorias específicas são fundamentais no apoio a esta etapa que dá o ponto de partida a uma avaliação dos currículos, na perspectiva da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Além disso, no processo acima descrito, fortifica-se a asserção de que a Universidade é da comunidade pois nela serão buscadas as questões que deverão ser prioritariamente abordadas na formação dos profissionais, na eleição de linhas principais de pesquisa e no direcionamento da política de extensão.

2º Passo: Diagnóstico das condições estruturais e físicas de funcionamento dos Cursos.

Este passo pode ser dado de forma concomitante com o primeiro. Quando for delineado o perfil de profissional cidadão a formar, respondendo

às necessidades definidas nos estudos feitos sobre a base populacional, será preciso saber quais os recursos necessários para sua formação. Será preciso um diagnóstico das condições estruturais e físicas de funcionamento dos Cursos. Questões como: onde se desenvolve o Curso? Em que espaços? Onde se localiza? Qual a sua utilização? e tantas outras precisam ser levantadas objetiva e metodicamente, pois são fundamentais neste diagnóstico. Será preciso um levantamento completo dessas condições.

É necessário que se saiba quais os instrumentos disponíveis, em termos de área física, equipamentos, materiais permanentes abordados por áreas de conhecimento afins, para que com eles se possa construir a Universidade que queremos.

Além disso é necessário fazer um levantamento dos recursos humanos disponíveis, levando em conta o total de horas da força de trabalho e especificação profissional para poder responder com quem o Curso conta para ser efetivo e pleno. Necessário será também mapear quais os procedimentos usuais no Curso, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As direções de Unidades e chefias de Departamentos terão papel fundamental nesta fase. Caberá a eles a organização e execução desta etapa, junto com a área administrativa e de planejamento da UFPel.

Com estes dados será possível racionalizar nossas ações dentro de uma lógica na qual se respeite a individualidade dos Cursos e ao mesmo tempo se explore de forma mais dinâmica as potencialidades de produção acadêmica, integradas internamente e envolvidas com a realidade social.

3º Passo: Revisão documental e bibliográfica de dados que enriqueçam e validem as pesquisas.

Acompanhando os passos um e dois, deverá ser desencadeado um estudo que recorra a fontes documentais e bibliográficas que enriqueçam o trabalho. Este estudo pode desdobrar-se em diferentes vertentes. Uma delas diz respeito ao levantamento de dados já coletados por outras fontes, tanto no interior da Universidade como em outros órgãos (Prefeituras, Secretarias Estaduais, IBGE, UNESCO e tantas outras) com o objetivo de facilitar o trabalho. Não há por que duplicar levantamentos de dados, desde que os existentes estejam adequados e sejam atuais.

Outro sentido de realizar a pesquisa bibliográfica é constatar a existência de estudos similares que tenham ocorrido em outras universidades, tanto no Brasil como fora do país. Evita-se com tal medida a possibilidade de equívocos semelhantes aos já vivenciados por outras comunidades universitárias. Validam-se, também, através das constatações, os dados encontrados. Este passo é fundamental para dar um caráter de universalização aos dados. Através da revisão bibliográfica, identificar-se-ão os espec-

tos da realidade que são regionais e os que podem ser generalizados, isto é, aqueles que são próprios da área de conhecimento dos Cursos, em qualquer realidade. Na montagem do currículo, ter clareza dessa situação é fundamental.

Este passo deve ser de responsabilidade dos diversos grupos envolvidos com o trabalho. Terão papel importante os setores da Universidade que atuam em planejamento e extensão e também os demais que podem auxiliar na pesquisa documental.

4º Passo: Reestruturação pedagógica.

Todo o esforço realizado nos três primeiros passos tem o seu sentido definido na reestruturação pedagógica.

Este documento já apontou anteriormente os princípios basilares da proposta pedagógica dos diversos Cursos, isto é, sob que concepção nossas ações estão delineadas. Além disso, indicou também, na análise crítica dos currículos, os pontos que precisam ser modificados para tornar realidade nossos propósitos teóricos.

Desencadeada pois a ação, os três passos iniciais representam a coleta e organização de dados que permitirão a execução do quarto passo, isto é, a reestruturação pedagógica. Esta certamente será composta de diversas etapas de reflexão e análise, coordenadas pelos Colegiados, com a participação das comunidades de cada Curso.

O primeiro ponto a ser proposto na reestruturação pedagógica é o delineamento do perfil do egresso de cada Curso, com base na pesquisa da base populacional. É importante salientar que deve completar a pesquisa o delineamento de aspectos curriculares que advêm da percepção de especialistas, com base em necessidades científicas e sociais. Trata-se do que temos chamado de necessidades induzidas, isto é, aquelas das quais a população ainda não tem referência para, a respeito, manifestar sua necessidade, mas que a comunidade científica tem o dever de expandir, quer em forma de conhecimentos, quer na perspectiva da formação de habilidades e valores. Especialmente fazem parte desta categoria as políticas públicas preventivas, nas diversas áreas.

Delineado o perfil do agresso, isto é, o objetivo do Curso, a reflexão deverá ser feita em torno da montagem curricular. Dois pontos deverão ser observados nesta fase: a correção das distorções sentidas no modelo atual e os elementos propostos pelas pesquisas. Em primeira análise é mister compreender que esta tarefa deve contemplar a prática do ensino com pesquisa, a inserção precoce do aluno na vivência da realidade prática de sua esfera profissional, a concomitância das atividades práticas com a instrumentalização teórica de tais atividades, as ciências básicas como

complementos dos conteúdos profissionalizantes ao longo dos cursos, o espaço necessário de tempo para que se busque o conhecimento estruturado nas bibliotecas, o privilegiar do espaço da sala de aula como um momento rico de raciocínio coletivo em torno de tema comum, avaliações que prevejam os outros níveis de competência além da memória; enfim, uma PROPOSTA PEDAGÓGICA na linha da CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO, de forma criativa, crítica, compromissada com o social e submetida ao dispositivo constitucional que prevê a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Cada um dos aspectos apontados deverão ser vistos na perspectiva de um desdobramento de reflexões e ações encaradas na realidade e na história de cada Curso.

Além disso será fundamental caracterizar o encaminhamento pedagógico próprio dos Cursos de Graduação e dos de Pós-Graduação. Para os primeiros se propõe um ensino com pesquisa, isto é, um ensino que trabalhe com a indagação e com a dúvida científica, que instrumentalize o aluno a pensar e a ter independência intelectual que lhe possibilite a construção e a busca contínua do próprio conhecimento. Já os Cursos de Pós-Graduação se encaminham para uma proposta de ensino para a pesquisa, isto é, para a formação de pesquisadores que, sem dúvida, constituem a fonte de alimentação para os consumidores do conhecimento científico. É fundamental porém que haja uma integração entre os dois níveis. O profissional graduado, sendo um generalista, precisa ter sensibilidade na leitura da realidade para levantar problemas concretos de pesquisa que, certamente, serão o campo de estudo dos pesquisadores. Precisa ainda saber buscar a ciência produzida e ser seu agente de disseminação. Já o cientista, o pós-graduado, precisa estar próximo de quem labute cotidianamente a prática profissional para fazer desta realidade sua inspiração de trabalho. A relação entre os dois níveis é que dá sentido ao ciclo do conhecimento.

Por último, neste passo da reestruturação pedagógica, será preciso fazer uma grande revisão nos procedimentos de ensinar e aprender, incluindo a lógica da organização dos conteúdos, as formas de apresentá-los e discutí-los e os métodos e critérios de avaliação.

Uma reestruturação pedagógica nesta perspectiva supõe uma grande vontade de mudar; uma predisposição em "reaprender processos de aprender"; um rigorismo no estudo e na pesquisa; e um compromisso com uma pedagogia situada, que tenha como ponto de interesse a ciência, na medida em que esta possa contribuir para a melhoria das condições de vida da humanidade. As Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação deverão ter papel significativo na liderança e no apoio às atividades que caminham nessa direção.

Cabe ainda ressaltar a preocupação sistêmica que é preciso ter dentro da perspectiva pedagógica proposta, privilegiando a articulação com o pri-

meiro e o segundo graus.

É evidente que o aluno, quando chega à Universidade, deveria apresentar desenvolvimento intelectual na mesma direção. Por outro lado, é mister ressaltar que a formação de professores é realizada, na sua maior parte, pela Universidade; e que as práticas nela realizadas tendem a se reproduzir por esta via. Assim, observa-se a criação de um ciclo em que um grau de ensino é fruto do outro.

O importante é compreender que, em algum momento, este ciclo tem de ser rompido. E é certamente a Universidade, por seus objetivos, características e condições que deve tomar a iniciativa.

Cabe, portanto, ressaltar que, junto com o desencadeamento de ações pedagógicas no interior da Universidade, será fundamental resgatar a integração e intervenção no sistema de ensino de primeiro e o segundo graus na perspectiva proposta, que privilegia o conhecimento como construção intelectual.

Da mesma forma, a Universidade deve propor uma alternativa de vestibular diferente, seguindo a mesma orientação. Sem cair no exagero, convém ressaltar que o vestibular, sendo o ponto por excelência de ligação entre o segundo e o terceiro graus, é um fator fundamental de influência em ambos os graus de ensino. Portanto, para ser coerente com a proposta pedagógica é necessário um exame vestibular que se direcione para o desenvolvimento de habilidades mentais mais elevadas e que privilegie a capacidade de expressão e organização de idéias.

5º Passo: Reforma estrutural e administrativa.

A Proposta Pedagógica que foi descrita até aqui pressupõe que devam ser revistas as estruturas acadêmicas da Universidade e o suporte administrativo ao seu pleno funcionamento.

Delineadas com bases científicas a organização pedagógica dos Cursos, a articulação entre as áreas de conhecimento, a integração entre conhecimento básico e teórico, a indissociabilidade do ensino com a pesquisa e extensão, a relação dos Cursos de Graduação com os de Pós-Graduação e outros aspectos similares, ter-se-á que passar a discutir e implementar uma nova ordem estrutural e administrativa. Será preciso uma reforma na qual as normas e leis sejam a consolidação de regras necessárias para balizar o comportamento dos indivíduos em uma instituição definindo responsabilidades e autoridades correspondentes, direitos e deveres, bem como diretrizes operacionais, sem entretanto entrar o imprescindível andamento ágil das questões universitárias. Neste passo, algumas medidas deverão ser levadas em consideração como: a informatização do sistema ad-

ministrativo; a atenção para que registros essenciais sejam preservados sem superposição de arquivo; a racionalização na utilização da área física, de equipamentos, de materiais permanentes e de consumo, bem como de recursos humanos; a necessidade de que se assegure uma produção acadêmica na Universidade, entendida como formação de recursos humanos, educação continuada, linhas de pesquisa relevantes à comunidade e assistência às questões sociais de forma criativa e transformadora.

Especial atenção deve ser colocada ao trato dos corpos discente, docente e técnico administrativo. Dos primeiros, espere-se que construam um aprendizado ativo, crítico e responsável; dos segundos, que apresentem produção acadêmica conforme definida anteriormente no texto; dos terceiros, que participem, fazendo da Universidade organismo vivo, ágil e em permanente transformação em consonância com as necessidades sociais. Assim deverão ser previstos acompanhamentos específicos para as diferentes categorias, evitando-se tratar aos desiguais de forma igualitária, sem contudo deixar de dar relevância máxima ao princípio do mérito como norteador das ações neste nível.

A discussão sobre estrutura universitária terá então um referencial básico. O processo estatuinte, que é iminente na UFPel, terá um norte. Será necessário, com a reforma administrativa e estrutural, adequar o funcionamento universitário à nova proposta. A decisão sobre o nível de mudanças será tomada a partir de dados concretos da nossa realidade. O que vale dizer que, se é útil colher experiências de outras instituições, é mais significativo apreender a nossa realidade para propor formas de funcionamento.

A reforma administrativa terá de ser liderada pela Pró-Reitoria Administrativa, Assessoria de Planejamento, Diretores de Unidades e Chefes de Departamento, além dos órgãos que tratam da organização acadêmica nas demais Pró-Reitorias.

A mudança estrutural será objeto de discussão nos diversos foruns universitários e terá a liderança dos segmentos que compõem a comunidade junto com o Conselho Universitário e Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Deste esforço conjunto certamente colheremos frutos na perspectiva da construção da Universidade desejada.

Plano de implantação

Deverá ser delineado, junto com este documento base, um plano geral de implantação do Projeto Pedagógico, envolvendo toda a comunidade universitária nas ações previstas.

Estamos conscientes de que a Universidade não pode, nem deve parar seu pulsar cotidiano para transformar-se; nem isto seria possível. Entretanto é fundamental considerar como prioridade o Projeto, ponto de referência do planejamento global da Universidade, tanto na distribuição do tempo de trabalho como de recursos.

Será preciso definir responsabilidades, dividir tarefas, prever cargas horárias dentro de nossas jornadas de trabalho, para que se leve adiante o Projeto. Temos a certeza de que ele só será realidade se houver na comunidade universitária pessoas capazes de sonhar com uma Universidade que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e que, sobretudo, disponham-se a colocar sua energia na ação efetiva de construí-la.

Houve o tempo da descoberta dos valores e do delineamento do discurso da utopia, sem o qual não seria possível um novo sonho. Hoje, porém, é tempo de CONSTRUÇÃO de uma nova ordem sob pena de não haver mais espaços para sonhar!

A PESQUISA E O PROJETO PEDAGÓGICO

Para poder visualizar o contexto da pesquisa no Projeto Pedagógico proposto para a UFPel é processo recuperar a história dessa atividade na Universidade Brasileira. Nesse sentido, a pesquisa tem sido enfocada, assim como o ensino e a extensão, como tarefa independente no interior da instituição, e defendida como tal, em razão de uma suposta divisão do trabalho, pretensamente embasado em especialidades intrínsecas de cada atividade - as quais, para alguns, seriam incompatíveis entre si.

A reforma universitária de 1968, em nome do incremento da produção do conhecimento, dentro de um modelo desenvolvimentista para o país, trouxe como consequência uma série de situações e mecanismos que contribuíram significativamente para a não consolidação do trinômio ensino-pesquisa-extensão, como atividades indissociáveis. Essa reforma, imposta numa Universidade não só com falta de infra-estrutura (equipamento, laboratório, área física, etc), como com escassos recursos humanos e financeiros, acabou oferecendo um modelo de pesquisa não condizente com a realidade universitária além de inadequado e estranho à mesma realidade.

Assim organizou-se a pesquisa de cima para baixo em espaço externo à universidade (através de Agências financiadoras e de fomento, do Sistema nacional de desenvolvimento em C&T, do Sistema nacional de Pós-Graduação). Provocou-se, de fora para dentro, a estruturação do espaço interno (Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação, institucionalização

da Pesquisa, implantação de cursos de Pós-Graduação). E, finalmente, como elo de ligação entre estes espaços, forjou-se a figura do docente-pesquisador, geralmente ligado às atividades de pós-graduação, com treinamento formal a nível de Mestrado e/ou Doutorado, preferentemente em regime de Dedicção Exclusiva, e com auxílio financeiro, além do salário, via agências de fomento, como formas de incentivo à tarefa de pesquisar.

Neste ambiente, a pesquisa tem sido mitificada na Universidade como uma atribuição exclusiva dos "mais preparados", pretensamente responsáveis pela produção do saber universitário, o que relega a extensão ou o ensino de graduação a um "status" institucional de "menor valor". Agregue-se a estas considerações dois fatos significativos: a articulação do docente-pesquisador, feita diretamente com o espaço externo à universidade (agências de financiamento e SINDCT) e a conseqüente e desastrosa desarticulação com a própria instituição. A partir disso podemos visualizar os seguintes resultados:

- ações individuais do docente-pesquisador na produção do conhecimento (identificação de problemas, elaboração do projeto, articulação com Agência Financiadora, desenvolvimento da pesquisa, publicação dos resultados);
- desvinculação entre a pesquisa do docente-pesquisador e as pesquisas dos seus colegas de Departamento, da Unidade e da própria Universidades com dispersão de objetivos e interesses;
- objetivos da pesquisa desvinculados e alheios e indiferentes às necessidades reais do meio onde se insere a Universidade, especialmente às da maioria da população.
- objetivos da pesquisa atrelados à lógica de quem detém o recurso financeiro (agências financiadoras extra-universidade) e, portanto, às respectivas prioridades previamente estabelecidas;
- desenvolvimento da pesquisa como atividade diferenciada do ensino de graduação e mesmo de pós-graduação, sem relação com conteúdo programático das disciplinas;
- descomprometimento da pesquisa com ações institucionais, traduzidas em respostas à sociedade como um todo.

São questões como estas, e certamente muitas outras, as que decorrem do processo equivocado da forma de produção do saber na Universidade, e que precisam ser revisadas para a implantação de um projeto pedagógico, como o presentemente proposto.

Neste sentido:

a) É preciso construir a relação da pesquisa com o ensino e extensão, como uma resposta às demandas sociais. São as demandas da população

que encaminharão e determinarão a produção do conhecimento. Seremos desenvolvidos científica, cultural e tecnicamente na medida em que pudermos erradicar a pobreza e as diferenças sociais. Para tanto, é necessário - conhecer a sociedade e suas demandas.

Para tanto, o Projeto Pedagógico deve necessariamente contar com o suporte da pesquisa metodológica, que permitam todo o rigor científico, realizar a leitura da realidade, permitindo, assim, conhecer as reais demandas da sociedade. Neste sentido para o desenvolvimento do Projeto, terá que se organizar um grupo de apoio, que possa contribuir na elaboração da metodologia necessária.

b) A relação da pesquisa com o ensino e extensão deve ser construída de tal maneira que se possa garantir a leitura da realidade de forma permanente. Assim as atividades de pesquisa devem ser refletidas na qualidade dos cursos, com esta relação permeando todo o sistema universitário. Toda e qualquer atividade da vida universitária deve prever esta relação. É preciso considerar, neste aspecto, a própria universidade como o agente demandante. Para tanto será necessário que, na revisão curricular, tanto os conteúdos programáticos como as práticas pedagógicas, contemplem o método científico como instrumento da leitura da realidade, aproximando o objeto da pesquisa e conteúdo de disciplinas entre si.

c) Além de proporcionar a leitura citada, a pesquisa no Projeto Pedagógico deve interpretar a realidade. Neste caso é fundamental a pesquisa criadora, que traduza a realidade, apontando soluções para a superação dos problemas e a transformação do real.

É imprescindível que a Universidade possa caminhar com suas próprias pernas, assegurando no seu orçamento alocação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa, bem como programas de iniciação científica permanentes, para que nas ações docentes se possam articular as ações discentes, criando um ambiente favorável ao ensino com pesquisa.- de modo que tenhamos quem ensine pesquisando e quem pesquise ensinando.

d) O Projeto Pedagógico passa também por provocar o saber inovador, através do qual a pesquisa faça avançar o conhecimento, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, mas sem perder de vista a harmonia com as distintas áreas do conhecimento, e especialmente o equilíbrio entre Ciência e Tecnologia. Isto não exclui a necessária relação entre pesquisa e conteúdos programáticos de disciplinas de pós-graduação, entre o desenvolvimento de teses e/ou dissertações e a demanda da sociedade, entre a graduação e a pós-graduação. Destaca-se ainda a necessidade de também na pós-graduação (e quem sabe principalmente, já que é o espaço que

detém maior número de instrumentos de pesquisa) realizar-se a leitura da realidade, com uma base populacional mais abrangente, composta também pela própria comunidade universitária e científica regional.

e) O Projeto Pedagógico deverá ainda prever o espaço para a liberdade da pesquisa até mesmo como contribuição à prática pedagógica. É preciso espaço para a fantasia, para a livre criação, para todas as áreas do conhecimento, mas especialmente na área de arte e cultura. Por outro lado é importante a criação de espaços institucionais para a pesquisa, alternativos aos já existentes, onde a interdisciplinaridade e o comprometimento com as grandes questões da sociedade, inclusive com a própria participação desta (cidadãos, técnicos de instituições públicas ou privadas, representantes de organizações de classe, etc.), seja assegurado.

f) Não haverá qualquer hipótese de viabilizar o Projeto Pedagógico, se a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão não for uma opção assumida institucionalmente em vez de depender de iniciativas e projetos individuais.

É indispensável no caso da pesquisa, nas diferentes formas, níveis e instâncias, explicitados nos itens anteriores, que isto seja fruto de uma decisão política. Sem a pesquisa institucionalizada não há como se pretender a indissociabilidade com ensino e extensão. Sem que a universidade assuma a pesquisa como projeto institucional, não há como assumir uma de suas funções e principalmente não há como pretender indissociabilidade com ensino e extensão.

g) Finalmente, é importante destacar que o Projeto Pedagógico não pretende que todo o docente seja um pesquisador, em sentido estrito mas sim que desenvolva seu trabalho como parte de um projeto coletivo, com acesso à pesquisa indissociada do ensino e extensão, como principal objetivo da política da universidade.

A EXTENSÃO E O PROJETO PEDAGÓGICO

Num Projeto Pedagógico que se pauta pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; pelo compromisso da universidade pública com o coletivo; e pela formação de um aluno crítico, criativo, capaz de transformar a realidade - o que realça a importância da extensão e, ao mesmo tempo, a legítima, é que através dessa atividade acadêmica melhor se evidencia

e com maior nitidez se verifica a universalidade e o caráter público da universidade. Contudo, é preciso reconhecer que a extensão universitária, em nosso país e, particularmente, na Universidade Federal de Pelotas, possui ainda vínculos profundos com sua origem rural (decorrente da importação de "know-how" americano para a extensão agrícola, na década de 30) e com a experiência do CRUTAC (surgido em 1966, no Rio Grande do Norte). Isso tem favorecido uma prática assistencialista, através da qual se leva algo para alguém carente, pondo o ponto final em um processo em detrimento de uma prática pedagógica, que seja parte integrante do processo educacional, e através da qual se mantenha a universidade sintonizada com o real.

Não se trata de substituir o Estado em seu papel social - o que nos remeteria à prática assistencialista; mas de estabelecer uma permanente relação de mão-dupla entre a Universidade e a Sociedade, através da qual os verdadeiros interesses sociais possam ser identificados e trabalhados, numa relação íntima com o ensino e a pesquisa, de modo que a produção e transmissão do conhecimento se dêem num único processo sempre identificado com sua origem e destinação pública.

Atualmente é aceita a conceituação de Extensão Universitária nos termos propostos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, a saber:

"A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado-acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional e a democratização do conhecimento acadêmico com participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social".

Compromisso Social

O próprio Fórum de Pró-Reitores de Extensão reconhece que o compromisso social da Universidade é de inserir-se nas ações de promoção dos valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento social, notadamente resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária

e priorizando as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política.

A Universidade deve dirigir seus interesses e preocupações para as questões sociais. Para tanto, cabe-lhe buscar junto à própria comunidade subsídios que lhe permitam detectar seus anseios, numa postura de convivência aberta e horizontal.

A Extensão como prática acadêmica visa a interligar a Universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando respeitar o compromisso social da Universidade.

O conteúdo da extensão deve ser definido a partir das diretrizes políticas da Universidade, onde se há de considerar a relação entre realidade institucional e o processo histórico. Dessa forma, o projeto extensionista deverá ser uma resposta permanente aos anseios da sociedade.

A relação entre extensão e pesquisa deve ocorrer sobretudo a partir do papel que esta possa desempenhar enquanto criadora e recriadora de conhecimentos, enquanto seja capaz de contribuir para a transformação da sociedade.

A questão da relação entre pesquisa e compromisso social tem, como núcleo central, saber-se o que deverá ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam os novos conhecimentos.

A mobilização da comunidade acadêmica na direção das necessidades sociais requer uma mudança estrutural do comportamento acadêmico não só nas bases (docente, discente e técnico-administrativo) como também numa nova visão de integração das Pró-Reitorias, colegiados e administração superior da Universidade.

Dimensão Crítica

Na realidade recente da UFPel o conceito de sala de aula passa a ser entendido em uma dimensão não tradicional mas crítica.

Na dimensão tradicional, a aula tem sido um espaço de elaboração teórico-abstrata, substanciada na ruptura teoria e prática, trabalho intelectual e trabalho manual. Nela, não se dá a sistematização da relação homem-mundo, sujeito-objeto. Dá-se uma prática acadêmica alienante, confirmadora do "status quo", através de uma mera transmissão de informações.

A dimensão crítica do conceito emerge à medida que a ação da extensão, articulando ensino e pesquisa, pressupõe a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos no confronto e como resposta aos desafios da realidade. Nela, professores, alunos e população são atores, sujeitos no ato de aprender, de produzir conhecimentos e formar recursos humanos. Não se restringe mais ao espaço físico da dimensão tradicional,

mas diz respeito a todos os espaços dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações. Deixa de ter caráter exclusivamente unidisciplinar e passa a expressar um conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar, como exigência decorrencial da própria prática. Além disso, se alicerça no conceito da relação teoria-prática, consciência/auto-consciência, enfim, como expressão de uma práxis acadêmica.

Estágio Curricular

O estágio curricular, na medida em que se envolve com a prática profissional, com a consciência social e com um compromisso político, constitui também um dos mais adequados instrumentos para viabilizar a extensão universitária.

Entretanto, da maneira como vem sendo desenvolvido, não atende suficientemente aos objetivos da Universidade nem contribui para o desenvolvimento da sociedade.

Entre as dificuldades que o estágio curricular enfrenta, destaca-se sua inexistência no currículo de alguns cursos e sua oferta tardia, numa etapa do curso em que preparação acadêmica do aluno está praticamente concluída, além de distante do contexto social. Conseqüentemente, não proporciona subsídios adequados à formação profissional e à transformação social. Face a esta situação, sugere-se:

a) A obrigatoriedade do estágio curricular para todos os cursos, respondendo às questões sociais, fortalecendo o trabalho da Universidade com a comunidade. O estágio deveria ser desenvolvido sempre que possível, desde os primeiros semestres.

b) O estágio curricular deve integrar projetos decorrentes dos Departamentos, priorizando sobretudo, a contribuição à solução de problemas sociais.

c) A participação dos discentes em projetos e atividades de extensão deve ser computada para integralização curricular.

d) A Universidade, a médio prazo, deve reformular seus currículos, de modo a garantir que a prática vivenciada no estágio integre a temática curricular, objetivando uma formação mais crítica e mais comprometida, capaz de propor alternativas de soluções para os problemas sociais.

Há, ainda, o caso de atividades impropriamente denominadas estágios", fora do controle da Universidade e que vêm atendendo a interesses empresariais. Esta evidente distorção dos estágios tem ocorrido, sobretudo quando da intermediação dos chamados organismos de integração empresa/universidade, a despeito da norma legal existente. E deve ser corrigida.

Metodologia

A partir de entendimento oriundo de Fórum de Pró-Reitores, cremos que na UFPel deve ser considerado como projeto de extensão aquele que contemple, pelo menos, as seguintes dimensões:

- a) articulação com o ensino, especialmente na graduação, mas inclusive na pós-graduação;
- b) previsão, de alguma forma, de ações de pesquisa, formal ou informal;
- c) colaboração na transformação da sociedade, através de formas diretas de atuação;
- d) operação do conhecimento socialmente adquirido e do desenvolvimento dos movimentos e organizações populares.

Contudo, o desafio de se discutir metodologia em extensão coloca em aberto a própria visão e perspectiva que se tem não apenas do trabalho acadêmico, mas da Universidade, pois implica em concebê-la na sua relação dinâmica com a sociedade mais ampla, à qual serve e da qual é produto. Este desafio corresponde a uma opção ideológica definida em relação ao papel político e social que a Universidade deve cumprir e assumir perante os desafios históricos inerentes às diversas conjunturas que marcam a trajetória da sociedade.

Neste sentido, a expressão metodológica da extensão resulta do exercício da autonomia da Universidade Pública através da gestão democrática e dos esforços para socialização do conhecimento.

Desta forma, entende-se que a seleção das metodologias a serem aplicadas em programas/projetos de extensão deverá ser orientada pelos seguintes princípios:

- a) explicitação da teoria que fundamente a prática;
- b) afirmação de um compromisso filosófico e prático sustentado numa concepção de universidade claramente definida;
- c) inserção na realidade social a partir das necessidades do conjunto da população e das perspectivas de mudança.

Fundamentadas nestes princípios, as metodologias a serem utilizadas deverão privilegiar as seguintes diretrizes operacionais:

- a) adoção de uma atitude dialógica da universidade em sua relação com a sociedade;
- b) planejamento participativo, envolvendo os vários segmentos da sociedade;
- c) organização na forma de programas institucionais, articulando a pesquisa e o ensino e oportunizando espaço para o exercício interdisciplinar;

d) capacitação para o trabalho acadêmico, envolvendo o aprendizado de processos básicos para tornar o conhecimento existente acessível a todos.

Uma condição essencial para se viabilizar a extensão como prática acadêmica é a de que, no âmbito da Universidade, o Projeto Pedagógico seja concretizado como proposta de ação global, definindo as linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade. Isso com a participação de todas as Pró-Reitorias departamentos, unidades, cursos, professores, alunos e população.

Uma outra medida fundamental é a revisão do próprio modelo estrutural da Universidade.

Estas medidas, de caráter mais amplo e global, teriam como uma das decorrências o reconhecimento curricular-programático-administrativo das atividades de docentes e alunos, numa expressão orgânica de ensino e pesquisa articulada pela extensão.

Neste contexto, o próprio estágio curricular não significaria um momento único de expressão da relação dialética teoria-prática, sendo que esta seria um componente a permear a concepção e o funcionamento dos cursos e da Universidade, enquanto um todo.

A Pró-Reitoria de Extensão teria então, sua existência vinculada definitivamente a uma ação tática de articulação, sensibilização e coordenação, no contexto estratégico de construção do processo de efetiva integração universidade-sociedade, através do Projeto Pedagógico da UFPel.

Redefinição e planejamento

A UFPel vive uma nova etapa de sua história, definida na proposta de construção de um modelo de Universidade realmente voltada para a convivência democrática, para o interesse público, para a gratuidade do ensino, e para um trabalho competente de produção, transmissão e difusão do conhecimento. Nesse quadro, cabe à Pró-Reitoria de Extensão redimensionar a ação extensionista, cujo profundo significado social revela o caráter de verdadeiro compromisso que a Universidade precisa assumir perante a comunidade - e cujo conteúdo pedagógico afirma e exige sua necessária integração com as atividades de ensino e pesquisa.

Desde logo, para que não continuemos incorrendo em erros elementares, vale reconhecer a necessidade de distinguir a extensão propriamente dita, como prática pedagógica - e como tal definida e aceita nacionalmente - da atividade artística ou cultural que necessariamente não tenha vinculação com o ensino ou a pesquisa desenvolvidos na Universidade. Quer dizer: é preciso distinguir e separar das ações de extensão universitária aquelas atividades que, por sua natureza cultural ou artística, a Universidade

não deve nem tem o direito de atrelar obrigatoriamente ao ensino ou à pesquisa. Essas atividades, próprias de Arte e da Cultura, deverão merecer a maior atenção da Universidade que, igualmente, tratará de as promover, acompanhar, articular, estimular e apoiar. Por isso, a própria Pró-Reitoria de Extensão deverá se transformar em Pro-Reitoria de Extensão e Cultura e, na medida em que as atividades artísticas e culturais forem incrementadas e desenvolvidas, mais se enriquecerá o Projeto Pedagógico, embora tais atividades não possam ser, numa perspectiva educacional, sempre diretamente vinculadas ao ensino ou à pesquisa.

O papel de Extensão

A extensão universitária, mais do que as outras atividades, artísticas e culturais ou pedagógicas da Universidade, revela-se como compromisso social, traduz-se em aproximação com o povo e constitui-se em importante fator de mudança. É claro que ela, como as demais atividades, sofre sérias restrições, impostas pela quase inexistência de recursos financeiros. Mas, por isso mesmo, temos que considerar a disponibilidade de recursos humanos - docentes, discentes e técnico-administrativos - bem como o acúmulo de conhecimento científico e tecnológico com que podemos contar. Esses recursos humanos e esse conhecimento, no desempenho da própria prática educacional, podem e devem ser colocados em contato com a realidade circundante (aproximação com o povo), podem e devem ser colocados à disposição da população (compromisso social), podem e devem atender às demandas sociais (fator de mudança)

Creemos que só através dos Departamentos, consideradas suas peculiaridades, respeitada sua autonomia e removidos os entraves burocráticos, será possível dar à atividade de extensão sua real dimensão comunitária, organizando-a sistematicamente, planejando-a, e aproveitando integralmente todas as potencialidades da UFPel em recursos humanos e saber acadêmico, revigorados pelo saber popular e pela demanda social.

A Extensão assume todo o seu significado pedagógico na medida em que não só articula ensino e pesquisa de modo indissociável, num mesmo processo, como viabiliza uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. Daí sua importância fundamental para a implantação do Projeto Pedagógico da UFPel.

Mas é preciso compreendê-la e realizá-la sempre como parte integrante de um processo - o processo educacional - e como tal, ou ela existe como prática educativa ou não existe como atividade universitária justificável, capaz de manter a Universidade sintonizada com a Sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, Cristovão. **Na Fronteira do Futuro**. Brasília, Ed. UNB, 1989.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** - R. Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

_____ e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia - O Cotidiano do Professor** -R. Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987. MEC/SESu/PADES - Resenha nº 12,1989.

PAOLI, Niuvenius. **Para Repensar a Universidade e a Pós-Graduação**. Campinas, Ed. Unicamp, 1985.

UFPEL, FAC.de MEDICINA -**Subsídios do Colegiado de Curso**,1989.

FORUM NAC. DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO -Documentos finais - 1987-1989.

GARRAFA, Volnei. **Extensão: do assistencialismo ao compromisso**, in "Humanidades", Rev. UNB, Brasília, 1987

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária-Comunicação ou Domesticação?** -S.Paulo, Ed. Cortez, 1986.

PIRES DA ROCHA, Ronai. **Organização Universitária e Ensino de Graduação**. Sta. Maria. UFSM, 1989.

QUINTINO DOS SANTOS, Renato. **Educação e Extensão-Domesticar ou Libertar?** - Petrópolis, Ed. Vozes 1986.

SALMON, Délcio Vieira. **Pesquisa e Extensão em Função do Ensino na Universidade**. In " Conexão ",Rev. UFMG,B. Horizonte, 1989.

UFPEL, PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Subsídios para uma Política de Extensão, 1990.**

_____ -**Extensão: Uma Avaliação Institucional**, 1990.

UNB, DECANATO de EXTENSÃO. **Extensão - A Universidade Construindo Saber e Cidadania** - Relatório 1987/1988.

**O ENSINO PÚBLICO E GRATUITO NÃO É UMA CONCESSÃO GOVERNAMENTAL
MAS SIM UM DIREITO DO POVO, UM DEVER DO ESTADO
FINANCIADO POR TODOS QUE PAGAM SEUS IMPOSTOS**